



FECAP

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2021

Conselho de Curadores

Conteúdo

Prezados Senhores, Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos as Demonstrações Contábeis e respectivas Notas Explicativas da Fundação, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Sílvio Álvares Penteado Neto - **Presidente Honorário**

Shigeaki Ueki - **Presidente**

Abram Abe Szajman - **Vice-Presidente**

Conselheiros:

Antônio Delfim Netto

Edson Ricardo Barbero

Kazuo Watanabe

Luíza Helena Trajano

Mauro de Salles Aguiar

Roberto Rodrigues

Wagner Mar

Balanços patrimoniais.....	4
Demonstrações do resultado.....	5
Demonstrações do resultado abrangente.....	5
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	5
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	6
Demonstração do valor adicionado.....	6
Notas explicativas às demonstrações contábeis...7 a 14	
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis.....	15
Relatório do parecer do conselho fiscal.....	16

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e 2020

ATIVO
(Expressos em milhares de reais)

ATIVOS	Nota Explicativa	31/12/2021	31/12/2020
CIRCULANTES			
Caixa e equivalentes de caixa	3	8.524	7.534
Aplicações financeiras vinculadas	4	1.530	1.481
Anuidades a receber - líquidas	5	7.350	7.162
Outros créditos e valores		755	658
Despesas antecipadas		627	680
Total dos ativos circulantes		18.786	17.515
NÃO CIRCULANTES			
Aplicações financeiras	4	14.639	8.390
Anuidades a receber - líquidas	5	3.687	4.126
Depósitos judiciais	8	624	605
Intangível	6	452	510
Direito de uso (Arrendamento)	12	5.134	4.763
Imobilizado	6	33.833	34.362
Total dos ativos não circulantes		58.369	52.756
TOTAL DOS ATIVOS		77.155	70.271

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PASSIVO
(Expressos em milhares de reais)

PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota Explicativa	31/12/2021	31/12/2020
CIRCULANTES			
Fornecedores		708	429
Impostos, encargos e contribuições a recolher	7	1.627	1.412
Outras contas a pagar		285	63
Provisão para férias e encargos sociais		1.764	1.873
Anuidades e contratos recebidos antecipadamente		1.758	1.841
Passivo de Arrendamento	12	1.390	1008
Total dos passivos circulantes		7.532	6.626
NÃO CIRCULANTES			
Provisão para riscos (imunidade tributária)	8	14.639	8.390
Provisão para riscos e processos judiciais	8	1.224	1.375
Passivo de Arrendamento	12	4.464	4.421
Contratos Recebidos Antecipadamente		259	469
Total dos passivos não circulantes		20.586	14.655
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Patrimônio social	9.a	45.771	45.771
Reserva de reavaliação	6 e 9 b.	2.183	2.194
Superávit acumulado		1.083	1.025
Total do patrimônio líquido		49.037	48.990
TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		77.155	70.271

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Superávit (Déficit) para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 - (Expressos em milhares de reais)

	Nota Explicativa	31/12/2021	31/12/2020
RECEITA BRUTA DA ATIVIDADE DE ENSINO			
Anuidades:			
Colégio - FECAP		16.219	17.871
Centro Universitário FECAP - graduação		54.037	53.558
C. Universitário FECAP - pós-graduação		6.635	11.162
Centro Universitário FECAP - mestrado		3.196	3.398
Outras receitas de ensino		4.843	3.306
Total da receita bruta		84.930	89.295

		31/12/2021	31/12/2020
DEDUÇÕES			
Reembolso e devoluções de mensalidades		(3.053)	(2.907)
Bolsas de estudo		(13.320)	(13.888)
Subtotal das deduções		(16.373)	(16.795)

		31/12/2021	31/12/2020
DEDUÇÕES FILANTROPIA			
Bolsas de estudo prouni 50% e 100%		(10.265)	(10.143)
Bolsas de estudo especiais filantrópicas		(1.723)	(1.160)
Sub total das deduções filantropia		(11.988)	(11.303)

Total das deduções (28.361) (28.098)

		31/12/2021	31/12/2020
RECEITA LÍQUIDA DA ATIVIDADE DE ENSINO			
		56.569	61.197

		31/12/2021	31/12/2020
CUSTOS DA ATIVIDADE DE ENSINO			
Colégio - FECAP		(11.205)	(11.027)
Centro Universitário FECAP - graduação		(21.581)	(23.702)
C. Universitário FECAP - pós-graduação		(5.438)	(7.350)
Centro Universitário FECAP - mestrado		(3.738)	(3.724)
Outros custos de ensino		(3.470)	(2.943)
Total dos custos	10	(45.892)	(48.746)
SUPERÁVIT BRUTO		10.677	12.452

		31/12/2021	31/12/2020
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS			
Gerais e administrativas	10	(11.607)	(10.613)
Propaganda e publicidade		(691)	(773)
Depreciações e amortizações	6	(1.758)	(2.046)
Receita de Locações	10	1.270	1.302
Outras receitas não operacionais	10	56	28
TOTAL DE (DESPESAS) Receitas Operacionais		(12.730)	(12.102)
SUPERÁVIT ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(2.053)	349

		31/12/2021	31/12/2020
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	11	2.569	543
Despesas financeiras	11	(469)	(470)
Resultado financeiro		2.100	74
SUPERÁVIT (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO		47	423

Demonstrações do Resultado Abrangente para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 - (Expressos em milhares de reais)

	31/12/2021	31/12/2020
(Déficit) Superávit do Exercício	47	423
Outros Resultados Abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL	47	423

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Expressos em milhares de reais)

	Nota Explicativa	Patrimônio Social	Reserva de Reavaliação	Superávit Acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019					
		45.771	2.205	591	48.567
Superávit do exercício		-	-	423	423
Realização da reserva de reavaliação	9 b)	-	(11)	11	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020					
		45.771	2.194	1.025	48.990
Déficit do exercício		-	-	47	47
Realização da reserva de reavaliação	9 b)	-	(11)	11	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021					
		45.771	2.183	1.083	49.037

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios Fintos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Expressos em milhares de reais)

Demonstrações do Valor Adicionado para os Exercícios Fintos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Expressos em milhares de reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Deficit (Superávit) do exercício		47	423
Ajustes para reconciliar o superávit do exercício com o			
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciações e amortizações	6	1758	2.046
Provisão para anuid. de receb. duvidoso, liq. da parcela realizada	5	2762	3.678
Custo residual do imobilizado baixado	6	16	10
Constituição de provisão para riscos e processos judiciais	8	6377	6.775
Arrendamento Pinheiros		47	301
(Aumento) redução nos ativos:			
Anuidades a receber	5	(2.511)	(2.154)
Outros créditos e valores		(97)	286
Despesas antecipadas		53	(219)
Depósitos judiciais	8	(19)	(7)
Precatório a receber		-	1.825
Aumento (redução) nos passivos:			
Fornecedores		279	110
Impostos, encargos e contribuições a recolher		214	(323)
Anuidades e contratos recebidos antecipadamente		(293)	(290)
Direito de uso (Arrendamento)		(2)	8
Pagamento de férias e encargos sociais		(108)	183
Pagamento de riscos e processos judiciais	8	(278)	(811)
Outras contas a pagar		222	(265)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		8.467	11.576
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de bens do ativo imobilizado e de intangível	6	(1.178)	(105)
Aplicações financeiras vinculadas		(6.299)	(6.684)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(7.477)	(6.790)
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
		990	4.786
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
Saldo no final do exercício	3	8.524	7.534
Saldo no início do exercício	3	7.534	2.748
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
		990	4.786

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
RECEITAS			
Anuidades e outras receitas de ensino		56.569	61.197
Provisão para anuidades de recebimento duvidoso	5	3.510	1.849
Outras receitas		1.308	1.330
		61.387	64.376
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS			
Custos dos serviços prestados		(8.292)	(9.353)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(9.161)	(7.317)
Baixas de ativos		(16)	(10)
		(17.469)	(16.681)
VALOR ADICIONADO BRUTO			
		43.918	47.695
RETENÇÕES			
Depreciação e amortizações	6	(1.758)	(2.046)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO			
		42.160	45.649
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA			
Receitas financeiras		2.569	543
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR			
		44.729	46.192
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
Pessoal e encargos	10	41.959	43.846
Impostos, taxas e contribuições		613	520
Encargos financeiros e aluguéis		2.110	1.404
Superávit (déficit) do exercício		47	423
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO			
		44.729	46.192

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores em milhares de reais - R\$)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado FECAP ("Fundação") é uma entidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, instituída em 1923. A Fundação é mantenedora do Colégio FECAP e do Centro Universitário FECAP e tem como objetivo proporcionar e divulgar no País o ensino comercial em todos os seus ramos e graus, cultivando as ciências econômicas, contábeis, administrativas e outras afins ou conexas.

A Fundação tem prazo de duração indeterminado e sua extinção só poderá se verificar nos casos previstos em lei, por deliberação unânime de todos os membros do Conselho de Curadores, em reunião especial e regularmente convocada para esse fim.

Para a administração de suas atividades, a Fundação possui a seguinte estrutura:

- O Presidente Honorário, representante da família do Conde Antônio de Álvares Leite Penteado.
- O Conselho de Curadores, composto pelo Presidente Honorário, como membro nato e vitalício, e por nove membros, sendo oito membros eleitos pelos próprios membros do Conselho para mandato de cinco anos, podendo ser reeleitos e um membro indicado pelo Conselho Universitário - CONSUNI, dentre os seus membros efetivos, com duração de mandato simultâneo àquele exercido no CONSUNI.
- O Conselho Fiscal, composto por três membros, sendo pelo menos um deles diplomado em Ciências Contábeis, Economia ou Administração de Empresas, eleitos e empossados pelo Conselho de Curadores, com mandato de dois anos, podendo ser reeleitos.
- A Superintendência Executiva, composta por dois integrantes: Superintendente-Geral e Superintendente Adjunto, eleitos e empossados pelo Conselho de Curadores, podendo ser reeleitos. Os membros da Superintendência Executiva poderão ser, a qualquer tempo, destituídos ou dispensados pelo Conselho de Curadores.
- As unidades de ensino FECAP - Colégio e Centro Universitário.
- Os órgãos de apoio, consultoria e assessoria.
- A administração superior da Fundação é da competência do Conselho de Curadores, a fiscalização das contas é atribuído ao Conselho Fiscal e a gestão e supervisão das unidades de ensino e dos órgãos de apoio, consultoria e assessoria são de responsabilidade da Superintendência Executiva.
- As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para divulgação em reunião do Conselho de Curadores de 22 de março de 2022.

1.1 Imunidade Tributária.

Em 23 de setembro de 2019, a FECAP impetrou mandado de Segurança nº 501745-76.2019.4.03.6100, com o objetivo de afastar ato que a obrigasse o recolhimento da contribuição previdenciária sobre a sua folha de Pagamento e da contribuição ao PIS. Como a decisão liminar foi favorável, a FECAP deixou de recolher tais contribuições, mantendo o respectivo valor em contingenciamento, em conta corrente específica para tal finalidade.

A lei complementar nº 187, foi aprovada em 16 de dezembro de 2021 e dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes e regula os procedimentos referentes à imunidade de contribuições à seguridade social de que trata o § 7º do art. 195 da Constituição Federal.

A Fundação, a partir de 2005, aderiu ao Programa Universidade para Todos - PROUNI, instituído pela Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, regulamentada pelo Decreto nº 5.493, de 18 de julho de 2005.

1.2 Eventos importantes

(a) Ação Civil Pública

Em 20 de outubro de 2012, a Controladoria da FECAP entregou aos Membros do Conselho fiscal da Instituição relatório informando possíveis irregularidades na Administração Superior da Entidade, envolvendo o Presidente do Conselho Curador, o Superintendente Geral e outros funcionários, o qual foi encaminhado a todos os Membros do Conselho Curador da Instituição e ao Dr. Curador de Fundações do Ministério Público do Estado de São Paulo. A partir de então, foi instaurado o Inquérito Civil nº 03/2012.

Diante das conclusões do inquérito Civil, a Curadoria das Fundações e a FECAP ajuizaram Ação Civil Pública, que foi distribuída para o MM Juiz de Direito da 23ª Vara Cível do Foro Central da Capital, em 29 de agosto de 2014.

Em primeiro grau de jurisdição, foi proferida sentença julgada parcialmente procedentes os pedidos formulados e o processo está em fase de interposição de recursos.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, especificamente a ITG 2002 (R1), relativa a entidades sem fins lucrativos.

2.2 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. O custo histórico geralmente baseia-se no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.3 Principais práticas contábeis

a) Uso de estimativas

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer a elaboração de estimativas e a consideração de premissas por parte da Administração da Fundação que afetam os valores dos ativos e passivos apresentados nas datas das demonstrações financeiras, bem como os valores das receitas e das despesas dos exercícios apresentados. Embora essas estimativas tenham como base o melhor conhecimento disponível dos Administradores da Fundação com relação a eventos presentes e futuros, os resultados reais podem diferir dessas estimativas.

As contas que usualmente requerem o uso de estimativas são:(a) provisão para créditos de liquidação duvidosa;(b) vida útil estimada do imobilizado;(c) crédito de precatório - estimativa para redução ao valor de mercado; d) estimativa do valor de mercado do imobilizado para fins de teste de valor recuperável dos ativos - "impairment"; e (e) provisão para riscos e processos judiciais. A Fundação revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente.

b) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Fundação são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os montantes de caixa, saldos disponíveis em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras com prazo para resgate de até 90 dias da data da aplicação, principalmente fundos de investimento. As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos exercícios, que equivalem aos seus valores justos no encerramento do exercício.

d) Anuidades a receber e demais créditos

Registrados e mantidos nas demonstrações financeiras por seus valores nominais, ajustados, quando necessário, pelos seus valores de realização e classificados no circulante não circulante com base na expectativa de realização inferior ou superior a 12 meses.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores em milhares de reais - R\$)

e) Provisão para anuidades de recebimento duvidoso

Constituída em montante considerado pela Administração como suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das anuidades e dos demais créditos a receber, com base no histórico existente.

f) Imobilizado e Intangível

Registrado ao custo de aquisição, acrescido de reavaliação efetuada em 1993. A Fundação efetuou nova reavaliação dos bens em 30 de junho de 2004. A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas anuais mencionadas na nota explicativa nº 7, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens reavaliados.

Devido às mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil, a reavaliação de ativos deixou de ser permitida, mas facultou a manutenção dos saldos restantes, a serem depreciados conforme as vidas úteis dos bens reavaliados.

Conforme o CPC 27 - Ativo Imobilizado, a Fundação revisou a vida útil dos itens do ativo imobilizado e concluiu pela não necessidade de se alterar os valores de custo residual de seus ativos, da mesma forma que entende que as vidas úteis atribuídas aos seus ativos, com base em estudo desenvolvido internamente por profissionais experientes, estão adequadas, não havendo modificações em relação às utilizadas em exercícios anteriores.

A Fundação, em atendimento ao CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, efetuou teste de recuperação para os bens do ativo imobilizado e itens do intangível.

g) Ativos e passivos financeiros

Os valores recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os recebíveis, incluindo anuidades a receber, caixa e equivalentes de caixa e outros, são mensurados pelo valor de custo amortizado, utilizando-se o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

Os passivos financeiros, incluindo parcelamentos de contribuições sociais a receber, são mensurados pelo valor de custo amortizado, utilizando-se o método de juros efetivos.

As receitas e despesas de juros são reconhecidas por meio da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo, quando o reconhecimento dos juros seria imaterial.

h) Anuidades recebidas antecipadamente

Representam valores recebidos relativos a mensalidades referentes ao exercício seguinte e que são reconhecidas no resultado do exercício de acordo com o regime de competência.

i) Provisão para riscos e processos judiciais

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Empresa tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

j) Reconhecimento de receitas

A receita é reconhecida com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Fundação reconhece a receita, quando transfere o controle sobre o serviço prestado ao cliente. A Fundação atua na área educacional e

calcula o reconhecimento da receita mensalmente, de acordo com a realização das aulas, ou seja, a medida em que os serviços são prestados. O preço de venda é determinado com base nos preços de tabela em que a Fundação vende os produtos em transações separadas. As receitas não incluem contraprestações variáveis, direitos de devolução ou garantias, abatimentos por antecipação e componente de financiamento. Ativos e passivos financeiros relacionados as operações são reconhecidos a medida em que atinjam as características de instrumentos financeiros estabelecidas no CPC 48.

k) Arrendamento

Ativos de direito de uso

A Fundação reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso estão relacionados a locação de imóveis e são depreciados linearmente, período de contrato.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Fundação reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Fundação usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é mensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Fundação aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores em milhares de reais - R\$)

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e Bancos	401	493
Santander - Fundo RF CR INS AD (i)	49	2039
CEF (Convênio APEX/PEIEX)	117	-
Conta Max Santander (ii)	431	493
Santander - CDB DI (iii)	61	0
Santander corporate DI Premium (i)	6863	4509
Banco XP Investimentos (iv)	602	-
Total	8.524	7.534

(i) Fundos de investimento em títulos de renda fixa, públicos ou privados (CDBs, Letras Financeiras, Debêntures, entre outros), que busquem acompanhar o CDI. Rentabilidade líquida em 2021 de 4,34%, representando 98,11% do CDI.

(ii) Conta Max é um serviço de aplicação e resgate automático que remunera o saldo parado em conta corrente;

(iii) CDB progressivo com remuneração no resgate e com indexador de 99% e vencimento 02/02/2023.

(iv) Aplicação no Banco XP Investimentos está diversificada em três CDBs renda fixa - Pós fixado, sendo eles: NBC Bank, Banco Daycoval e Banco Pan com vencimento em 17/12/2022.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

	31/12/2021	31/12/2020
Santander - CDB DI (i)	1.530	1.481
Santander - DI Instituições (ii)	9.110	5.337
Safra Investimentos - (ii)	5.529	3.053
Totais	16.169	9.871
Circulante	1.530	1.481
Não circulante	14.639	8.390

(i) O saldo está vinculado às cartas de fiança locatícia com o Banco Santander, referente ao contrato de locação da Unidade Pinheiros Saldo vinculado ao contrato de arrendamento.

(ii) O saldo está vinculado à conta de Provisão para riscos (Imunidade Tributária), cujos detalhes são apresentados na nota 8.

5. ANUIDADES A RECEBER - LÍQUIDAS

	31/12/2021	31/12/2020
Anuidades a receber	15.825	15.470
Anuidades a receber relacionados ao Programa de Financiamento Estudantil - fies	608	721
Cartões de Crédito a Receber	876	624
Total	17.309	16.815
Provisão para anuidades de recebimento duvidoso	(6.272)	(5.527)
Total	11.037	11.288
Circulante	7.350	7.162
Não circulante	3.687	4.126

A seguir estão apresentados os vencimentos dos saldos de anuidades a receber em 31 de dezembro de 2021 e de 2020:

	31/12/2021	31/12/2020
Vencidos:		
De 1 a 30 dias	1.123	984
De 31 a 60 dias	780	716
De 61 a 90 dias	666	617
De 91 a 120 dias	625	610
Acima de 120 dias	2.157	2.328
A vencer em:		
2021	-	6.584
2022	6.309	2.116
2023	1.999	1.359
2024	1.590	774
2025	1.199	445
2026	483	133
2027	277	149
2028	63	-
2029	20	-
2030	18	-
	17.309	16.815

A movimentação da provisão para anuidades de recebimento duvidoso nos exercícios foi a seguinte:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldos iniciais:	(5.527)	(3.766)
Baixa da provisão- período de		
2019 em 2020 e período de 2020 em 2021 para incobráveis (i)	2.017	1.917
Provisão para anuidades a receber constituída no exercício	(2.762)	(3.678)
Saldos finais	(6.272)	(5.527)

(i) Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Administração da Fundação baixou contra a provisão para anuidades de recebimento duvidoso os títulos em aberto que foram considerados incobráveis, relacionados ao período de 2020 e 2019.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores em milhares de reais - R\$)

9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido da Fundação é composto por:

a) Patrimônio social

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, corresponde ao valor de R\$ 45.771.

b) Reserva de reavaliação

O saldo refere-se a reavaliação do imobilizado efetuada em 2004 conforme mencionado em detalhes na nota explicativa 6.

A Fundação realiza o saldo da reserva de reavaliação com base na depreciação e baixa dos respectivos ativos reavaliados.

Classificadas como:

Custos - das atividades de ensino - FECAP	(45.892)	(48.746)
Gerais e administrativas	(11.607)	(10.613)
Propaganda e Publicidade	(691)	(773)
Depreciação e Amortização	(1.758)	(2.046)
Receita de Locações	1.270	1.302
Outras receitas não operacionais (i)	56	28
	(58.622)	(60.848)

(i) O referido saldo inclui o montante de R\$ 17 (R\$ 15) em 2020 relacionado a prestação de serviços de conselheiros sem remuneração.

10. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

A Fundação optou por apresentar a demonstração do resultado por função. Conforme requerido, a seguir, o detalhamento dos custos e das despesas por natureza:

	31/12/2021	31/12/2020
Despesas com:		
Pessoal administrativo e docente (inclui os encargos sociais)	(41.959)	(43.846)
Serviços prestados por terceiros	(2.794)	(3.007)
Manutenção e conservação	(1.227)	(802)
Serviços e materiais de informática	(2.700)	(1.348)
Utilidades e serviços (água, esgoto, energia elétrica, telefone e correios)	(1.142)	(1.200)
Periódicos e didáticos (assinatura de livros, jornais e mídias eletrônicas)	(80)	(60)
Aluguéis	(70)	(53)
Direito de uso - arrendamento (depreciação)	(1.360)	(1.161)
Direito de uso - arrendamento (juros)	(211)	(550)
Brindes	(8)	(41)
Condução, fretes e carretos	(16)	(40)
Conferências e congressos	(75)	(70)
Contribuições a entidades de classe	(267)	(226)
Contribuições e doações	(7)	(20)
Eventos e festividades	(106)	(89)
Cópias, reproduções e gráfica externa	(5)	(12)
Locação de equipamentos de impressão	(187)	(193)
Material de escritório	(109)	(61)
Revistas técnicas	(69)	(100)
Treinamento de pessoal	(33)	(17)
Viagens e estadas	(18)	(17)
Provisão para anuidades de recebimento duvidoso	(2.711)	(3.678)
Outros gastos acadêmicos gerais e administrativos	(72)	(61)
Impostos e taxas	(631)	(520)
Multas	(1)	(8)
Honorários advocatícios, consultoria e auditoria	(623)	(1.198)
Segurança e vigilância	(1.002)	(971)
Baixa de bens do ativo imobilizado	(16)	(10)
Propaganda e Publicidade	(691)	(773)
Depreciação e Amortização	(1.758)	(2.046)
Receita de Locações	1.270	1.302
Outras receitas não operacionais	56	28
	(58.622)	(60.848)

11. RESULTADO FINANCEIRO

Receitas:

	31/12/2021	31/12/2020
Rendimentos de aplicações financeiras	1.049	383
Atualização de Plano próprio de parcelamento próprio (i)	1.360	0
Outras receitas	160	160
	2.569	543
Despesas:		
Despesas bancárias	(323)	(290)
Juros a valor presente	(51)	0
Encargos PDD fies	(95)	(180)
	(469)	(470)

(i) Refere-se à atualização monetária de plano próprio de parcelamento ofertado aos estudantes, com vistas a propiciar maior inclusão social na Fundação com reconhecimento integral de exercícios anteriores.

12. DIREITO DE USO DE IMÓVEL

Em 1 de janeiro de 2019, o CPC 06 (R2) "Arrendamentos" (IFRS 16 - Leases) foi aplicado usando a abordagem retrospectiva modificada, na qual o efeito cumulativo na data da adoção inicial foi reconhecido no balanço patrimonial em 1 de janeiro de 2019 sem reapresentar as demonstrações financeiras de forma retrospectiva. O CPC 06 (R2) substituiu o CPC 06 "Operações de Arrendamento Mercantil" e exige que o arrendatário reconheça ativos e passivos para a maioria dos arrendamentos em seu balanço patrimonial, bem como as despesas de depreciação e juros correspondentes.

A Fundação possui um contrato referente à locação do Campus Pinheiros. O compromisso futuro para pagamento desse espaço a partir de 31 de dezembro de 2021 corresponde a R\$ 6.219, sujeitos à atualização pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M. O vencimento do contrato era até 31 de dezembro de 2020 e alterado conforme Quinto aditivo (data de assinatura 20 de dezembro de 2018) para 31 de dezembro de 2025. As despesas incorridas em 2021 com esse contrato foram de R\$ 1.524, (R\$ 1.411, em 2020).

Abaixo apresentamos a composição das Despesas do arrendamento com impacto nas demonstrações contábeis da Instituição:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores em milhares de reais - R\$)

Valor de locação 2019 - valor contratual	1.380
Valor de locação 2020 - valor contratual	1.411
Valor de locação 2021 - valor contratual	1.524
Depreciação 2019	(1.042)
Depreciação 2020	(1.161)
Depreciação 2021	(1.360)
Juros de arrendamento 2019	(580)
Juros de arrendamento 2020	(550)
Juros de arrendamento 2021	(211)
Valor para ajuste 2025	(589)

b) Derivativos

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Fundação não possui operações com instrumentos financeiros derivativos.

15.2 GESTÃO DE RISCOS

a) Risco de crédito

O nível de anuidades a receber da Fundação é monitorado por meio de controles internos e, para aqueles em que não há expectativa de realização, é constituída a provisão para anuidades de recebimento duvidoso, o que limita o risco de contas inadimplentes. A matrícula para o próximo período letivo é bloqueada sempre que o aluno fica inadimplente com a Fundação.

A Fundação mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras em instituições financeiras aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos.

b) Gestão de risco de mercado

Os resultados das operações da Fundação dependem da sua capacidade de manter o equilíbrio econômico-financeiro entre as receitas de mensalidades e os custos fixos e variáveis. Para a captação de alunos, a Fundação realiza ações comerciais totalmente embasadas no conceito de marketing de relacionamento, sendo ações de comunicação cujas metas quantitativas ganham sentido apenas quando acompanhadas de atributos qualitativos.

As condições adversas do mercado, que podem impactar de forma negativa o resultado das operações da Fundação, estão diretamente relacionadas com a estagnação no número de ingressantes e na concorrência que cresce anualmente.

c) Gestão do risco de liquidez

A Fundação gerencia o risco de liquidez mantendo reservas e através de acompanhamento contínuo das previsões e do fluxo de caixa real e da combinação dos prazos de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

13. BOLSAS DE ESTUDOS

A Fundação por ser uma entidade sem finalidade de lucro, tendo como objetivo proporcionar e divulgar no país o ensino comercial, realiza também atividades de filantropia, por meio de bolsas de estudo.

A Fundação para fins de atendimento à legislação, apresenta suas peças contábeis condizentes com as Normas Brasileiras de Contabilidade, base legal: Inciso I, alínea "b", do art. 29, do Decreto n. 7.237/2010, art.3º, incisos V, VI, VII e VIII, do Decreto nº 8.242/2014 c/c NBC TG 26 e Portaria Normativa nº 15/2017

14. TRANSAÇÃO COM PARTES RELACIONADAS

a) REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

A Fundação não remunera seus membros do Conselho.

A Fundação não possui qualquer outra transação com partes relacionadas.

15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

15.1 CLASSIFICAÇÃO E MENSURAÇÃO

a) Composição dos instrumentos financeiros:

	Valores contábeis	
	31/12/2021	31/12/2020
Ativos (passivos) financeiros:		
Caixa e Bancos	8.524	7.534
Aplicações financeiras	16.169	9.871
Anuidades a receber	11.037	11.288
Depósitos Judiciais	624	605
Fornecedores	(708)	(429)
Outras contas a pagar	(285)	(63)

A Administração da Fundação é de opinião que os instrumentos financeiros, os quais estão reconhecidos nas demonstrações financeiras pelos seus valores de custos acrescidos de juros, quando aplicável, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores em milhares de reais - R\$)

16. SEGUROS CONTRATADOS (NÃO AUDITADO)

As coberturas de seguro da Fundação foram determinadas com base em estudos técnicos e apresentam a seguinte posição em 2021:

- Oferta de cursos de curta duração online gratuitos e de conteúdo para o setor empresarial por meio de conexões Empresariais, com foco nas pequenas e médias empresas no início da pandemia;
- Preparação para o retorno (instalações e protocolos);
- Comunicação frequente e transparente com a comunidade;
- Contato ativo com estudantes com baixa participação nas plataformas digitais (FE-CAP+);
- Distribuição de máscaras para os colaboradores e EPI para os professores do Colégio, cujo retorno ao presencial ocorreu antes do superior, seguindo as normas competentes;
- O Colégio teve retorno às aulas no dia 22/02/2021, atendendo a parte dos estudantes e integralmente a partir de 03/11/2021, em conformidade com as normas dos órgãos competentes;
- Elaboração e divulgação de plano de retorno das atividades presenciais, para o ensino superior a partir de março de 2022.

Locais:

1, 2 e 3

Incêndio, queda de raio, explosão e tumultos	82.100
Vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo e impacto de veículos	
Terrestres e aéreas.	2.000
eventos)*	8.000
Responsabilidade civil (Danos morais, auditório)	1.600
Equipamentos estacionários	400
Roubo e furto qualificados de bens nas dependências do assegurado	1.000
Danos elétricos	700
Lucros cessantes	10.287
Anúncios e/ou letreiros	100
Quebra de vidros	100

- (a) Local 1 - prédio localizado na Avenida Liberdade, 532 - blocos A, B, C, D e E;
(b) Local 2 - prédio localizado no Largo de São Francisco, nº19;
(c) Local 3 - prédio localizado na Rua Artur de Azevedo, nº 1.633.

- A apólice de seguro contratada (Tokio Marine Seguradora S.A.) possui vigência para o período de 23 de março de 2021 a 23 de março de 2022;
- A apólice de responsabilidade civil contratada (Tokio Marine Seguradora S.A.), possui vigência para o período de 26 de agosto de 2021 a 26 de agosto de 2022. (Limite máximo de indenização R\$ 8.000.000,00);
- A apólice de responsabilidade e Proteção Cibernética contratada (Tokio Marine Seguradora S.A.), possui vigência para o período de 10 de dezembro de 2021 a 10 de dezembro de 2022. (Limite máximo de indenização R\$ 1.000.000,00);

Edison Simoni da Silva
Superintendente Geral
CPF 257.970.668-23

Taiguara de Freitas Langrafe
Superintendente Adjunto
CPF 276.518.258-29

Valdir Alexandre de Oliveira
T.C. - CRC-SP 168.615/O-0
CPF 021.604.438-32

18. IMPACTOS COVID-19

A rápida e repentina propagação da epidemia do Corona vírus causou a paralização de vários setores produtivos, comerciais e de serviços, além de confinar pessoas e fragilizar a economia mundial; Não obstante as adversidades, a Instituição entende não haver riscos na continuidade de sua operação. Diante da situação, a Administração da Instituição adotou todas as recomendações de saúde dos órgãos competentes e algumas ações para minimizar os efeitos, entre elas:

- Comunicação de prevenção e ampliação da disponibilidade de dispensadores de álcool em gel nas unidades;
- Criação do Comitê COVID-19 em março de 2020;
- Suspensão das atividades presenciais na tarde de 13/03/2020;
- Migração das aulas e demais serviços para atuação remota;
- Funcionários administrativos / apoio: atuação remota;
- Aquisição de tecnologia e capacitação de professores e demais funcionários;
- Busca de manutenção dos empregos e de cumprimento integral dos contratos honrados. Além do trabalho remoto, fizemos uso de mecanismos como banco de horas, antecipação de feriados e acordos de redução de carga horária e suspensão de contratos, permitidos em lei. Adicionalmente fizemos uso do parcelamento do recolhimento do FGTS oferecido pelo Governo Federal.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e conselheiros

Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado ("FECAP" ou "Fundação")

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado ("FECAP" ou "Fundação"), em 31 de dezembro de 2021 que compreendem o balanço patrimonial demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresenta adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado, em 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para entidades sem finalidade de lucro e demais pronunciamentos contábeis, quando aplicável.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Fundação de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Fundação, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a nossa auditoria das demonstrações contábeis da FECAP. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da FECAP é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para entidades sem finalidade de lucro e demais pronunciamentos contábeis, quando aplicável e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da FECAP continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Fundação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da FECAP são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da FECAP.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a FECAP a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 11 de março de 2022

IRKO Auditores Independentes

CRC 2SP020649/O-2

Nilton Shimizu

Contador CRC 1SP142671/O-1



RELATÓRIO DO PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os Membros do Conselho Fiscal da Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado – FECAP, em reunião realizada em sua sede situada na Avenida da Liberdade, 532, São Paulo – SP, no cumprimento de suas atribuições legais e estatutárias, examinaram o Sumário Executivo (Relatório de Atividades); Balanço Patrimonial; as Demonstrações de Resultados; as Demonstrações do Resultado Abrangente, as Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido; as Demonstrações dos Fluxos de Caixa; as Demonstrações do Valor Adicionado; as Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras; e o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

Baseados nesses exames, bem como na opinião sem ressalva da IRKO Auditores Independentes, cujo relatório foi emitido em 11 de março de 2022, os Conselheiros opinaram favoravelmente a respeito dos supracitados documentos, informando, ainda, que eles se encontram em condições de ser votados e aprovados pelo Conselho de Curadores.

Tendo em vista a performance observada no exercício de 2021 face às condições adversas, os Conselheiros emitiram voto de congratulações à atual Administração.

Nada mais havendo a tratar, lavraram a presente ata, que lida e aprovada é assinada por todos.

São Paulo, 14 de março de 2022.

Dr. Eduardo Augusto Rocha Pocetti

Dr. Sérgio Prado de Mello

Dr. Walter Arnaldo Andreoli

FECAP

FECAP

FUNDAÇÃO ESCOLA DE COMÉRCIO ÁLVARES PENTEADO